

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

CELESC GERAÇÃO S.A.

**CNPJ nº 08.336.804/0001-78
NIRE: 42.3.0003076-7
Inscrição Estadual nº 255.267.177**

Subsidiária Integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Mensagem da Administração

Em 2018, mantendo foco na diretriz de ampliar a capacidade de geração de energia e no fortalecimento da presença da Celesc no setor de transmissão, a Celesc Geração direcionou seus investimentos na melhoria e automação das usinas que compõem o parque próprio, no aporte de recursos nas sociedades em que a Empresa possui participação societária e na continuação de importantes projetos alinhados com esta diretriz.

Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de maximizar o desempenho das usinas, reduzir os custos operacionais, dar mais confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam, além da expansão do parque gerador, a diversificação do portfólio de negócios.

No ano, na área de geração o destaque ficou por conta do lançamento do processo licitatório para ampliação da Usina Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes. O projeto prevê incremento de 8,3MW em sua capacidade instalada, totalizando 13,92MW de potência total.

A Empresa também obteve, em 2018, junto à ANEEL, a aprovação do projeto básico de ampliação da Usina Salto Weissbach, que se configura na maior ampliação prevista dentre as usinas do parque próprio. Localizada em Blumenau, com potência de 6,28MW, a usina opera desde 1914 e terá sua capacidade instalada acrescida em 23,0 MW.

Entre outros fatos do ano, a Usina Caveiras, localizada no Planalto Serrano Catarinense, foi convertida para CGH e a Celesc Geração também obteve o direito de exploração do inventário do rio Caveiras, viabilizando, assim, o projeto de ampliação em carteira. Além desses, a Empresa também encaminhou os projetos de ampliação das usinas Cedros e Palmeiras e efetuou a análise técnica para a reativação da CGH Marum.

Ainda com o foco na gestão de suas instalações, a Empresa tem direcionado investimentos na efficientização operacional do seu parque, por meio da automação e retrofit das usinas. Esse processo foi iniciado em 2014, sendo reforçado a partir da renovação das concessões, e deve ser concluído em 2019. Neste ano, foram concluídos os processos de automação das Usinas Piraí e Garcia, que passaram a ser operadas remotamente a partir do Centro de Operação da Geração – COG.

No mesmo sentido, a Empresa concluiu projetos de melhorias nos sistemas hidromecânicos e civis de diversas usinas, como a substituição do conduto adutor da Usina Cedros e das comportas da Usina Salto Weissbach, além de adequações nas estruturas civis das usinas Piraí, Garcia e Bracinho.

Nos empreendimentos desenvolvidos em parceria com investidores privados, destaque para a entrada em operação comercial da PCH Garça Branca. Localizada no extremo oeste do estado de Santa Catarina, a usina possui potência de 6,5MW e representa incremento de cerca de 40% na capacidade instalada dos projetos em operação nesta modalidade de negócio.

No segmento de transmissão de energia, em 2018 foi dado continuidade ao cronograma de implantação do empreendimento conquistado pelo Consórcio Aliança, formado pela parceria entre EDP Energias do Brasil e Celesc Geração, no leilão 005/2016 ANEEL (Lote 21). O projeto está orçado em R\$1,2 bilhão e reforçará o sistema de Alta Tensão no estado, viabilizando nova conexão com o Sistema Interligado Nacional. No ano, dentre outras ações, o Consórcio avançou nos requisitos para obtenção dos licenciamentos ambientais necessários.

Como resultado das ações e investimentos desenvolvidos, a Celesc Geração vem mantendo o histórico de desempenho econômico-financeiro positivo. Neste ano, mesmo com o impacto do cenário hidrológico desfavorável, a Empresa comercializou o montante de 726,9Wh, volume 10,27% maior que 2017 e o seu faturamento global foi de R\$177,5 milhões, com crescimento de 8,3% em relação ao exercício anterior. Destaque, ainda, para o Lucro Líquido, R\$51,2 milhões e a Margem Líquida de 31,9%.

Tais resultados ratificam o posicionamento estratégico adotado pela Companhia, no sentido de ampliar as receitas do grupo por meio da expansão do parque de geração e da diversificação dos negócios no mercado de energia. A Celesc Geração mantém foco no fortalecimento do seu desempenho e na sua capacidade de gerar valor buscando atuar sempre de forma rentável, eficiente e sustentável num cenário de grande dinamismo e constante transformação.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados da Manifestação do Conselho de Administração, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Empresa, mas está à disposição para acesso público no *website* da Celesc, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação na cidade e no Estado onde está localizada a sede da Companhia e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de acordo com a legislação brasileira.

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS EM 2018

O investimento cada vez maior na eficiência dos serviços e em ações que evocam a questão da sustentabilidade tem rendido posições de destaque em diversos eventos e premiações. Em 2018, a Empresa recebeu o reconhecimento público por meio dos seguintes prêmios e certificações.

❖ Prêmio Abraconee – Demonstrações Financeiras

A Empresa recebeu o 1º lugar na categoria empresa de pequeno porte pela qualidade da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. Esse Prêmio é conferido anualmente pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Abraconee, durante o Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Enconsel.

A Associação analisa os Relatórios Anuais das empresas do setor e premia aquelas cujas Demonstrações Financeiras se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

Foi a sétima vez em que a Celesc recebeu destaque pelas Demonstrações Financeiras do Grupo ou das subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

❖ Prêmio de Inovação e Empreendedorismo – Fundação CERTI

Voltada ao ecossistema da capital, essa primeira edição do Prêmio de Inovação e Empreendedorismo laureou 22 empresas e instituições locais.

A Empresa foi uma das vencedoras na Categoria 6 – Projeto de Cliente CERTI em Santa Catarina. O Prêmio veio com o Projeto Celesc/FlexSolar – Painéis Solares OPV (*Organic Photovoltaic*), destinado ao desenvolvimento de produto e processo industrial de nova geração de painéis fotovoltaicos orgânicos.

3. PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 (doze) usinas, das quais 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs. Ainda no segmento de geração, a Empresa detinha participação minoritária em mais 08 (oito) empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, sendo que 06 (seis) usinas estão em operação comercial e 2 (duas) em fase de projeto.

A capacidade total do parque gerador da Celesc G em operação no ano foi de 118,21MW, sendo 106,97MW referentes ao parque próprio e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nestes empreendimentos.

A Celesc G também atua no segmento de Transmissão, por meio da EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada com a EDP Energias do Brasil S.A., cujo consórcio conquistou o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à licitação para a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão do sistema interligado nacional em Santa Catarina. O projeto, com investimentos previstos da ordem de R\$1,2 bilhão, obteve ao final de 2018 a Licença Ambiental de Instalação – LAI, estando apto para início das obras.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR

O Plano Diretor Celesc 2030, estruturado com base nas aspirações dos principais *stakeholders* da Empresa, é o documento que define as metas e os balizadores estratégicos de longo prazo, alicerçado pela atuação da Empresa em setor estratégico e em posição de liderança mercadológica.

Seus pilares estratégicos são potencializar a geração de valor, criar valor com crescimento e transformar a Empresa por meio dos empregados. A Sustentabilidade está focada no reforço e valorização de compromissos com Pessoas; Governança Corporativa; Responsabilidade Socioambiental e Gestão Pública.

A revisão anual do Plano Diretor e Planejamento Estratégico para o período 2019-2021 atende às diretrizes estratégicas de cada negócio, com a definição das seguintes Iniciativas Estratégicas, demonstrando o compromisso da Empresa com sustentabilidade de seus negócios:

- a) Obtenção de maior Efetividade na Gestão Regulatória;
- b) Cumprimento do Plano de Resultados da ANEEL;
- c) Manutenção dos Custos dentro dos Patamares Regulatórios;
- d) Desenvolvimento de Mecanismos de Recuperação de Receitas;
- e) Diversificação do Portfólio de Negócios em Energia;
- f) Valorização dos Ativos atuais de Geração;
- g) Diversificação do Portfólio de Negócios em Serviços;
- h) Gestão Estratégica de Pessoas;
- i) Aprimoramento dos Processos Internos;
- j) Equacionamento da Dívida não Financeira;
- k) Fortalecimento do Processo de Comunicação e Marca;
- l) Modernização por meio da Inovação;
- m) Fortalecimento da Gestão Sustentável – *triple bottom line*.

As metas estabelecidas nos referidos Planos são desdobradas para os Contratos de Gestão, assinados entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, e aos Acordos de Desempenho, estabelecidos entre as Diretorias e as demais áreas.

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Companhia possui uma política de gestão estratégica de riscos e controles internos disponível no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê Jurídico e Regulatório e da Diretoria Executiva.

A estrutura de governança de controles e riscos da Companhia é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica acompanhar e avaliar os reportes de riscos e não conformidades e o nível de conformidade dos processos da organização.

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de gestão de riscos, há o Comitê Jurídico e Regulatório, cujas responsabilidades principais são acompanhar e avaliar a eficácia dos mecanismos do processo de gestão de riscos e corporativos e controles internos relatando ao Conselho de Administração os resultados do acompanhamento dos riscos.

Além disso, em 2018, em atendimento a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), foi criado o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, que possui entre as suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição risco da Companhia.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites de riscos e desenvolvimento de planos de ação para mitigação de riscos, acompanhar a execução dos pontos de controle em suas áreas.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL, que tem em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

Na aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), estão disponíveis todas as informações relativas a Estrutura, Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Políticas, Regimentos, Código de Conduta Ética, Contrato de Concessão e documento do Nível II de Governança.

5.1. *Compliance* – Um Novo Agente de Governança

Em 2018, houve a necessidade da Companhia se adequar à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabeleceu uma série de novos mecanismos de transparência e governança corporativa.

Uma das inovações abordadas pela referida lei e atendida pela Companhia foi a criação de uma instância interna de *Compliance*.

A Assistência de *Compliance* está ligada à Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL, atendendo a determinação legal de ser liderada por diretor estatutário e vinculada a diretor presidente, o que confere independência e autonomia em sua atuação.

Alinhada às melhores práticas, a instância interna de *Compliance* da Companhia é fundamentada em Programa específico, tendo como foco o atendimento à legislação vigente, atuando para prevenção, detecção, resposta e correção de possíveis atos de fraude e corrupção. O Programa está baseado em 6 (seis) pilares fundamentais:

Tom da Liderança

- ❖ Patrocínio;
- ❖ Liderança pelo Exemplo.

Diretrizes

- ❖ Código de Conduta Ética, políticas internas e demais normas de integridade.

Comunicação e Treinamento

- ❖ Divulgações nos Canais de Comunicação;
- ❖ Treinamento Periódico.

Monitoramento

- ❖ Canal de Denúncia;
- ❖ Mapeamento e Monitoramento dos Riscos de *Compliance*;
- ❖ Análise de integridade;
- ❖ Reportes.

Investigação

- ❖ Investigação Prévia;
- ❖ Sindicância;
- ❖ Inquérito Administrativo.

Medida Corretiva

- ❖ Aplicação da Política de Consequência;
- ❖ Promoção da Melhoria Contínua do Programa.

Programa de *Compliance*



Dentre os elementos que compõem o Programa de *Compliance*, destaque para o Canal de Denúncias disponibilizado no site da Companhia. Por meio dele, é possível comunicar eventuais transgressões ao Código de Conduta Ética e às Políticas de Integridade, assegurando a possibilidade de denúncia anônima e mecanismos de proteção ao denunciante.

A Administração da Companhia compartilha o compromisso com a ética e a integridade, não compactuando com a corrupção e comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir todas as diretrizes que formam um sistema de integridade, como o Código de Conduta Ética, a Política de Responsabilidade Socioambiental, a Política Anticorrupção e a Política de Consequências.

Para conhecer mais sobre o Programa de *Compliance* da Companhia, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri).

6. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira registrou crescimento de 1,1% em 2018, alcançando um PIB *per capita* de R\$32.747 no ano, em valores correntes, com registro de um avanço de 0,3% em relação ao ano anterior, em termos reais. Em valor, o Produto Interno Bruto – PIB somou R\$6,8 trilhões.

Após alcançar crescimento recorde no ano de 2017, a atividade Agropecuária registrou em 2018 variação positiva de 0,1%, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura. Na Indústria, o destaque positivo foi o desempenho da atividade Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, atividades de Gestão de Resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Por outro lado, a atividade de Construção Civil sofreu contração de 2,5%.

Do lado da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,9% enquanto a demanda do governo se manteve estável (variação nula). A formação bruta de capital fixo, uma medida de investimentos, caiu 2,5%.

Em 2018, a taxa de investimento foi de 15,8% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,0%). Por sua vez, a taxa de poupança correspondeu a 14,5% no ano, ante 14,3% no exercício anterior.

No mesmo período, em Santa Catarina, a produção industrial acumulou alta de 12,23%. Os resultados no ano decorrem da ampliação da produção em seis dos quatorze setores avaliados. Este avanço está relacionado a produtos alimentícios (22,9%), informática e eletrônicos (15,4%) e produtos de madeira (12,9%).

7. AMBIENTE REGULATÓRIO

7.1. Concessões Prorrogadas

Das 12 (doze) usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 (nove) foram abrangidas pela Medida Provisória – MP 579/12, convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: Palmeiras, Bracinho, Garcia, Cedros, Salto Weissbach, Pery, Celso Ramos, Caveiras e Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federal nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas nº 5.362 de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira) e nº 7.246 de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os Termos Aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Desta forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 não recorrem sobre tais usinas.

Pelo fato da Celesc G não ter optado pela antecipação da prorrogação das usinas, 5 (cinco) foram objeto do Leilão nº 012/2015, do qual ela sagrou-se vencedora do Lote C e retomou a concessão dos empreendimentos citados a seguir:

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weisbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total da Capacidade Instalada		63,20	43,34	

Em 2016, a Celesc G pagou os R\$228 milhões relativos ao Bônus de Outorga exigidos no Leilão para o referido lote, e, conseqüentemente, assinou os Contratos de Concessão nº 006 e 007/2016. Setenta por cento (70%) da energia das usinas está alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência alocado às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional e os outros trinta por cento (30%) são comercializados no mercado livre.

Em relação à Usina Pery, havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão nos moldes anteriores à MP 579/12, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a usina ter sido ampliada recentemente. Porém, em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc G decidiu por prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei Federal nº 12.783/13, regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas judiciais necessárias para a extinção do processo judicial existente, incluindo os recursos relativos. A Concessão, desta forma, foi prorrogada por 30 (trinta) anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, R\$114 milhões, referente à ampliação da usina concluída em 2013, será pago à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, cujo regramento está em definição pela ANEEL.

Referente à concessão da PCH Celso Ramos, com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho ANEEL nº 115/2014), a Celesc G obteve, em março de 2015, a autorização para a realização das obras de ampliação, bem como, a prorrogação da atual concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (Resolução Autorizativa nº 5.078, de 17 de março de 2015). O prazo para as obras de ampliação da usina encerra-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc G firmou junto à ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013. Em 2018, o projeto passou por processo de consolidação, o qual está em análise pela ANEEL e incrementará em 1,1 MW, passando para 13,92MW a capacidade instalada final. A licitação para a contratação das obras está prevista para o primeiro trimestre de 2019.

Em 2018 foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117/2018 o projeto de Ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau. O projeto de ampliação também prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e cada de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na usina, resultado em uma capacidade instalada total de 29,28MW. Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

7.2. Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor – GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Entre os anos de 2005 e 2012, o *GSF* anual do MRE, sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário se inverteu, com a média anual ficando abaixo de 100% desde então. Tal situação expõe os geradores à aquisição da energia deficitária ao preço do mercado livre.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

8.1. Geração de Energia

No ano, o cenário hidrológico mostrou-se bastante desfavorável para a geração de energia elétrica e, principalmente devido a esse fato, a produção das Usinas da Celesc G foi bastante prejudicada em 2018. No acumulado do ano, verificou-se a queda de 7,7% no volume de energia gerada ao compararmos com o ano anterior. Além da escassez e distribuição irregular das chuvas, o desempenho também foi impactado por obras de investimentos como a automação das Usinas Piraí e Garcia, troca do conduto forçado da Usina Rio dos Cedros, troca das Comportas e reconstrução do Tubo de Sucção da UG4 da Usina Salto, reconstrução da turbina da UG2 da Usina São Lourenço e manutenção na chaminé de equilíbrio da Usina Caveiras.

O fator de capacidade global em 2018 foi de 43,2%, representando 3,6 p.p. (pontos percentuais) abaixo do verificado em 2017.

Produção do Parque Gerador

Desempenho Operacional (GWh)	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Parque Gerador Próprio	126,2	87,2	44,7%	403,8	437,6	-7,8%
Usina Palmeiras	36,5	19,2	90,1%	113,6	114,6	-0,9%
Usina Bracinho	18,0	13,5	33,3%	59,1	47,1	25,5%
Usina Garcia	15,2	14,2	7,0%	38,4	64,3	-40,3%
Usina Cedros	0,1	0,0	0,0%	0,1	27,5	-99,6%
Usina Salto Weissbach	0,0	2,6	-100,0%	9,6	14,6	-34,2%
Usina Pery	32,4	17,8	82,0%	101,7	90,7	12,1%
PCH Celso Ramos	10,8	8,9	21,3%	34,9	31,6	10,4%
CGH Caveiras	5,2	4,7	10,6%	20,7	21,1	-1,9%
CGH Ivo Silveira	5,5	5,0	10,0%	19,0	19,4	-2,1%
CGH Piraí	1,0	0,3	233,3%	1,8	2,6	-30,8%
CGH Rio do Peixe	1,0	0,8	25,0%	3,2	2,8	14,3%
CGH São Lourenço	0,5	0,2	150,0%	1,6	1,4	14,3%
Fator de Capacidade Global	53,5%	37,0%	44,6%	43,2%	46,8%	-7,7%

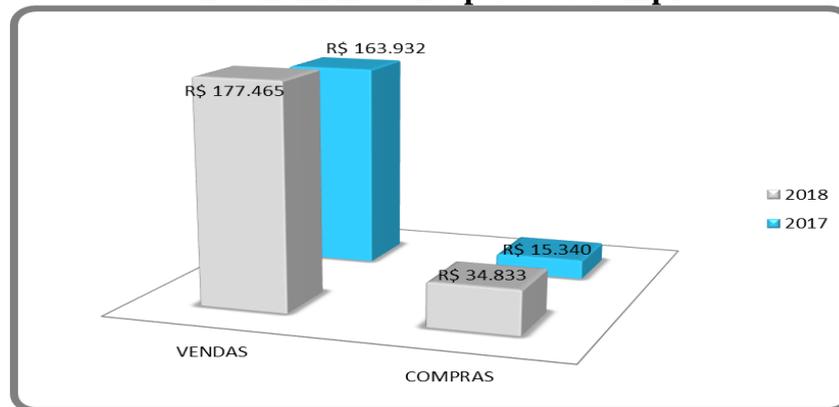
8.2. Comercialização de Energia

Em 2018, a Celesc G registrou faturamento global de R\$177,5 milhões, superior em 8,3% em relação ao ano de 2017, o qual registrou R\$163,9 milhões de faturamento.

Em 2018 foram gastos R\$34,8 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, um aumento de 127% em relação a 2017. Esse acréscimo pode ser atribuído aos *swaps* mensais, operação de troca de Energia Convencional por Energia Incentivada sem desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD (I0).

Essas operações foram realizadas para cumprir contratos de venda de Energia Incentivada, que ficaram sem lastro após a decisão da ANEEL de reclassificar os 30% da energia destinada ao mercado livre das Usinas licitadas em 2015. Como na ocasião da venda o posicionamento oficial era de que a energia deveria ser classificada como incentivada sem desconto na TUSD (I0), a Celesc G a vendeu como tal, porém, após a mudança de tipo, houve a necessidade de realizar os *swaps* para evitar penalidades de insuficiência de lastro.

Faturamento e Despesas de Compra

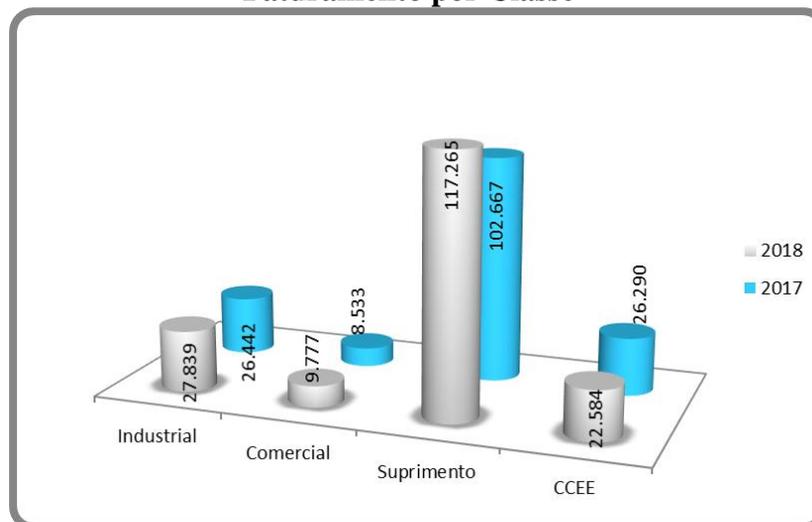


O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$22,5 milhões em 2018 contra R\$19,7 milhões em 2017.

O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$22,5 milhões contra R\$26,3 milhões em 2017, incluído o valor de R\$14,8 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referentes ao *GSF*.

As vendas por classe em 2018 e 2017 apresentaram o seguinte desempenho:

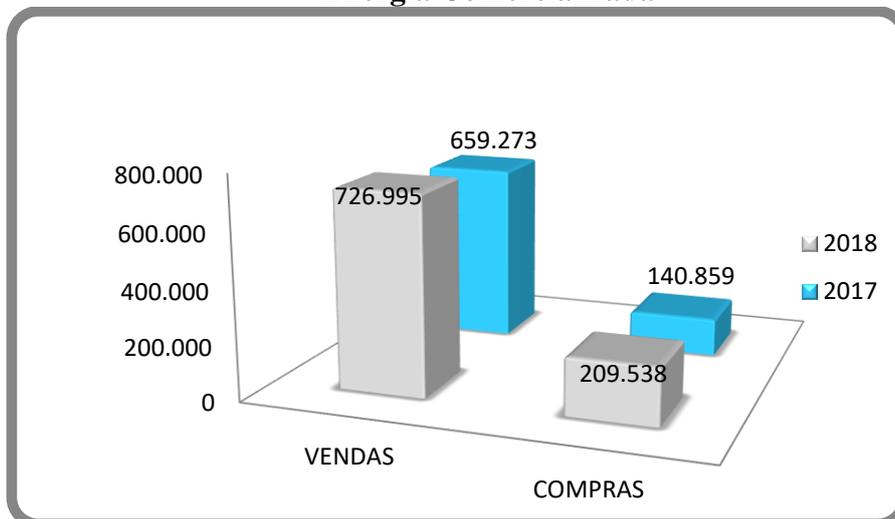
Faturamento por Classe



A energia elétrica comercializada em 2018 registrou o montante de 726,9GWh, superior em 10,27% quando comparado ao montante de 659,2GWh comercializado em 2017. Grande parte dessa alta pode ser creditada ao maior volume mensal de operações ocasionado pelos *swaps* de energia.

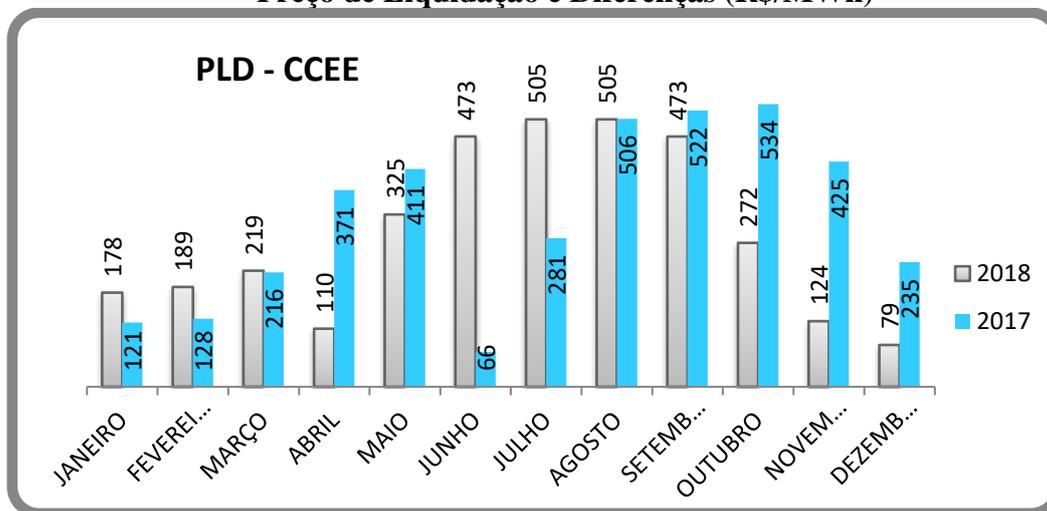
O montante total de energia comprada em 2018 registrou o total de 209,5GWh, superando a quantidade adquirida em 2017, que foi de 140,8GWh. Novamente, os *swaps* foram os causadores desse efeito.

Energia Comercializada



O Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio anual teve uma pequena redução em 2018 em relação ao ano anterior (de R\$319,36/MWh para R\$288,35/MWh), porém continuou em valores elevados.

Preço de Liquidação e Diferenças (R\$/MWh)



8.3. Tecnologia da informação

8.3.1. Projeto Sistema de Informações Geográficas – SIG

Os dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc G estão disponíveis em uma plataforma interna, que permite aos usuários da Celesc G pesquisá-los conforme necessidade. A plataforma tem 3 (três) módulos: (i) Gestão Patrimonial, (ii) Atendimento a Resolução nº 501, de 24 de julho de 2012 da ANEEL, (iii) Meio Ambiente. Em cada módulo, os dados são separados de acordo com as 12 Usinas pertencentes à Celesc G. Com essa solução técnica tornou-se mais fácil a gestão e o controle, bem como os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de usinas hidrelétricas.

8.4. Ações Ambientais

Em 2018 foram realizados importantes trabalhos, descritos a seguir:

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos: No ano, a Celesc G encaminhou, para destinação final adequada, 10,2 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, resíduos de construção civil, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais. A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de descontaminação, reciclagem, disposição em aterro e rerrefino. A Celesc G também realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilos Policlorados – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados as subestações das Usinas.

b) Monitoramento Hidrológico: As 20 estações telemétricas de monitoramento hidrológico para atendimento a Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010 operaram normalmente durante o ano de 2018.

c) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho: Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou na época a criação por parte da Celesc desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Pirai, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4600 hectares, preservando com a criação desta uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. O relevo nesta região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Estas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e é definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

d) Outorgas de Uso de Água: Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 (doze) Usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 277/2017).

e) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: A Celesc G se encontra em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA, por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo também possui junto ao IBAMA a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos.

f) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório: No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a estas Usinas. Esta proposta foi consolidada em planos ambientais de conservação e uso do entorno destes reservatórios, os quais foram encaminhados ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – IMA para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos destes reservatórios a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas.

g) Gestão Fundiária: No ano de 2018 foram realizados, para atendimento ao processo de regularização fundiária, diagnósticos fundiários, serviços topográficos, georreferenciamento de imóveis rurais e urbanos, retificações, mapeamento por imagens de satélite, ajustes na Declaração do Imposto Territorial Rural – DITR da Receita Federal, regularização fiscal, inspeção fundiária e avaliação de imóveis rurais. Também foram realizados serviços de delimitação do reservatório Rio Rosina (Usina Palmeiras) e da Área de Preservação Permanente do reservatório da Usina Salto Weissbach, sendo ambos com o objetivo de facilitar o processo de gestão das bordas destes reservatórios.

h) Readequação do Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários: No ano de 2018 houve a instalação de novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários nas Usinas Cedros, Palmeiras, Garcia, Salto Weissbach, Piraí e Bracinho. Este processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE: Os PSBs apresentam as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o Plano de Ação de Emergência fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e PAEs das Usinas e encaminhou ao Órgão Regulador e entidades relacionadas.

9. INVESTIMENTOS

Em 2018, os investimentos da Celesc G somaram R\$19,1 milhões e foram destinados à melhoria e automação das Usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar mais confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

9.1. Parque de Geração Próprio

No ano de 2018, foi dada continuidade ao processo de automação das Usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e em 2016 com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, o qual permite a operação remota das unidades geradoras. As Usinas Piraí e Garcia passaram por processo de automação e *retrofit* e já podem ser operadas remotamente pelo COG. No momento está em andamento o processo licitatório para automação e *retrofit* dos equipamentos da Usina Cedros, devendo ser concluído ainda em 2019.

Entre as obras de melhoria, destaque para adequações e reformas nas edificações e demais estruturas civis das Usinas Piraí, Garcia e Bracinho. Na Usina Cedros foi substituído o conduto adutor, que possui 960 m de comprimento, devolvendo a condição operacional da mesma.

Em 2018 a Celesc G também iniciou o processo de reconstrução do tubo de sucção da UG4 e a substituição das comportas de entrada dos geradores da Usina Salto Weissbach, devendo ser concluído no início de 2019. Também iniciou a reconstrução de parte da turbina da UG2 da Usina São Lourenço e a reforma da chaminé de equilíbrio da Usina Caveiras.

A Celesc G, em 2018, também retomou os estudos para reativação da Usina Marum, com capacidade instalada de 1MW, localizada no município de São José/SC. Foram contratados os estudos para revisão e consolidação do projeto, os quais foram concluídos ao final de 2018. Em 2019 será dado sequência ao processo de licenciamento ambiental, visando o início da implantação do empreendimento.

R\$ Milhões	4º Trimestre			Acumulado 12 Meses		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Investimentos Celesc G	5,1	6,3	-20,2%	19,1	16,1	18,1%
Investimentos em SPEs	1,6	4,9	-68,3%	9,9	9,9	0,0%
Usinas Parque Gerador Próprio	3,5	1,4	144,9%	9,1	6,2	46,9%

9.1.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

A Usina Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15MW cada.

Em 2018 o referido projeto básico foi revisto e consolidado, passando de 7,2MW para 8,3MW (totalizando 13,92MW de capacidade instalada), ainda em análise pela ANEEL. A Usina já possui licença de instalação e deve iniciar suas obras ainda no primeiro semestre de 2019.

No ano, também foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117/2018 o projeto de ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28MW. Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Em 2018, a ANEEL dispensou o estudo de inventário hidrelétrico do rio para os projetos de ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Diante desta liberação, está prevista para 2019 a contratação da consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas Usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

Ainda em 2018, com a extinção da concessão da Usina Caveiras, e consequente conversão em CGH, a Celesc G solicitou autorização da ANEEL para realização de Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio, visando à ampliação da Usina existente. Por meio do Despacho nº 3.005/2018, a Celesc G obteve a autorização de realizar o referido estudo, o qual está em fase de contratação. O estudo de inventário do rio é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação do Órgão Regulador.

9.2. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$9,9 milhões em 2018, sendo R\$4,85 milhões aplicados na Garça Branca Energética S.A. para conclusão das obras de construção da Usina, R\$2,28 milhões na Rondinha Energética S.A. e R\$1,0 milhão na Xavantina Energética S.A. para reforço de caixa e R\$1,8 milhão na EDP Transmissão Aliança SC, para custeio da equipe de engenharia e realização dos estudos ambientais.

Em julho de 2018, entrou em operação comercial a PCH Garça Branca, localizada no extremo oeste do estado de Santa Catarina, entre os municípios de Anchieta e Guaraciaba, no Rio das Antas, com 6,5MW de capacidade instalada.

Ao final de 2018 o empreendimento EDP Transmissão Aliança SC obteve a Licença Ambiental de Instalação – LAI, possibilitando o efetivo início das obras de construção em janeiro de 2019. O empreendimento possui prazo para entrada em operação comercial em agosto de 2022, com perspectivas de antecipação.

Em 2018, motivada pelo sucesso da parceria realizada no ano anterior no segmento de transmissão, a Celesc G realizou nova Chamada Pública para, desta vez, participar da disputa do Lote 01 no Leilão de Transmissão nº 02/2018 da ANEEL, que correspondia a diversas instalações no Estado de Santa Catarina. Novamente tendo como parceira a EDP Energias do Brasil, o consórcio Aliança II participou do certame, porém, desta vez não obteve êxito. A Celesc G está atenta aos leilões de transmissão a serem realizados nos próximos anos.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc G apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, Lucro Líquido de R\$51.242, representando um aumento de 4,66%, se comparado ao exercício de 2017 (R\$48.960).

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2018 foi de R\$177.465, volume 8,25% maior que o realizado em 2017 (R\$163.933).

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 7,79% em relação a 2017 (R\$148.877), fechando o exercício de 2018 em R\$160.471.

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Celesc G em 31 de dezembro de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Indicadores Econômico-Financeiros	31 de	31 de	AH
	dezembro de 2018	dezembro de 2017	
Receita Operacional Bruta – ROB	177.465	163.933	8,25%
Receita Operacional Líquida – ROL	160.471	148.877	7,79%
Resultado das Atividades	82.764	83.805	-1,24%
EBITDA	88.366	99.553	-11,24%
EBITDA Ajustado	89.177	96.461	-7,55%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	55,77%	66,87%	-11,8 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	55,57%	64,79%	-9,22 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	31,93%	32,89%	-0,95 p.p.
Resultado Financeiro	(5.745)	(8.545)	-32,77%
Ativo Total	665.427	624.605	6,54%
Imobilizado	160.029	151.631	5,54%
Patrimônio Líquido	462.626	425.880	8,63%
Lucro Líquido	51.242	48.960	4,66%

O resultado positivo da Celesc G em 2018 foi impactado pelos seguintes aspectos: i) reajuste da Receita Anual de Geração – RAG, para as Usinas hidrelétricas em regime de cotas; ii) redução de despesas com pessoal a disposição, desligados no PDI; iii) redução da despesa de depreciação do imobilizado em relação a 2017, em função do término do contrato anterior de concessão da Usina Pery; iv) ganho de equivalência patrimonial das investidas; e v) reversão do *Impairment Test* do Imobilizado.

O Resultado Financeiro da Celesc G em 2018, apesar de negativo em R\$5.745, apresentou uma melhora de 33% em relação ao ano de 2017. A principal receita financeira é decorrente do reconhecimento de juros ativos sobre o empréstimo à Celesc Distribuição S.A. – Celesc D (mútuo).

A Despesa Financeira reduziu em relação a 2017, em virtude da redução da taxa CDI no reconhecimento dos encargos das debêntures.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA – R\$MIL	31 de	31 de
	dezembro de 2018	dezembro de 2017
Lucro Líquido	51.242	48.960
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	25.777	26.300
Resultado Financeiro	5.745	8.545
Depreciação e Amortização	5.602	15.748
(=) EBITDA	88.366	99.553
(-) Efeitos Não Recorrentes		
Provisão <i>Impairment Test</i> Usinas	4.707	11.191
Reversão <i>Impairment Test</i> Usinas	(9.113)	(14.283)
Provisão para Perdas do Investimento	5.217	-
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	89.177	96.461

O EBITDA ajustado do exercício de 2018 atingiu o valor de R\$88.177, ficando 7,55% menor em relação a 2017 (R\$96.461) e a Margem EBITDA Ajustada passou de 64,79% no exercício de 2017 para 55,57% em 2018.

11. POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

Além disso, a Celesc G constituiu Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social, e o saldo remanescente do Lucro Líquido do exercício foi retido como Reserva de Retenção de Lucros.

12. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

12.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 (onze) membros, dos quais 5 (cinco) são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2 – B3), com mandato de um ano, sendo 6 (seis) representantes do Acionista Majoritário, 3 (três) representantes dos Acionistas Minoritários, 1 (um) representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 (um) representante (eleito) pelos empregados. No quadro abaixo, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração	
Representante do Acionista Majoritário (Presidente)	João Eduardo Noal Berbigier*
Representante do Acionista Majoritário	Cleicio Poletto Martins
Representante do Acionista Majoritário	Paulo Roberto Meller
Representante do Acionista Majoritário	Edison A. Andrino de Oliveira
Representante do Acionista Majoritário	Ademir Zanella
Representante do Acionista Majoritário	Luciano Chede *
Representante dos Acionistas Minoritários	Jose Luiz Alquéres *
Representante dos Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques *
Representante dos Acionistas Minoritários	Michel Nunes Itkes *
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Marcelo Gasparino da Silva
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

* Conselheiros Independentes.

12.2. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) representantes do Acionista Majoritário, 1 (um) representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 (um) representante dos Acionistas Minoritários Ordinarios.

Comitê de Auditoria Estatutário

Representante do Acionista Majoritário (Coordenador)	Luiz Alberton*
Representante do Acionista Majoritário	Marcos Eduardo Teixeira*
Representante do Acionista Majoritário	Marcelo Nome Silva*
Representante dos Acionistas Minoritários	Sérgio Tadeu Nabas*
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Aloisio Macário Ferreira de Souza*

* Conselheiros Independentes.

12.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes.

É formado por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) representantes do Acionista Majoritário, 1 (um) representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 (um) representante dos Acionistas Minoritários Ordinários. No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2018.

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário (Presidente)	Titular: Luiz Hilton Temp Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Paulo da Paixão Borges de Andrade Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Alfredo César Correa Rodrigues Suplente: Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	Titular: André Luis Nunes de Mello Almeida Suplente: João Antônio de Souza Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Titular: Thiago Costa Jacinto Suplente: José Valério Medeiros Junior

12.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por sete diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2018, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios, Diretoria Comercial, Diretoria de Assuntos Regulatórios e Jurídicos, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria de Planejamento e Controle Interno.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Cleicio Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	José Eduardo Evangelista
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Regis Evaloir da Silva
Diretor Comercial	Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos	Antônio José Linhares
Diretor de Gestão Corporativa	Adriano Lima Medeiros
Diretor de Planejamento e Controle Interno	André Luiz de Castro Pereira

13. BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO	2018			2017		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	160.471			148.877		
- Resultado Operacional (RO)	82.764			83.805		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	-			-		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	-	-	-	-	-	-
- Encargos Sociais Compulsórios	-	-	-	-	-	-
- Previdência Privada	-	-	-	-	-	-
- Saúde	-	-	-	-	-	-
- Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional	39	-	0,02	-	-	-
- Creches ou Auxílio-creche	-	-	-	-	-	-
- Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	39	-	0,02	-	-	-
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	159	0,19	0,10	100	0,12	0,00
- Cultura	180	0,22	0,11	400	0,48	0,27
- Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
- Esporte	90	0,11	0,06	100	0,12	0,07
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total das Contribuições p/ a Sociedade	429	0,52	0,27	600	0,72	0,40
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	42.683	51,57	26,60	39.353	46,96	26,43
Total - Indicadores Sociais Externos	43.112	52,09	26,87	39.953	47,67	26,84
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	2.091	2,52646078	1,303039178	1.739	2,08	1,17
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.091	2,53	1,30	1.739	2,08	1,17
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2018			2017		
- Nº de empregados(as) ao final do período	-	-	-	-	-	-
- Nº de admissões durante o período	-	-	-	-	-	-
- Nº de empregados(as) terceirizados	41	-	-	36	-	36,00
- Nº de estagiários(as)	3	-	-	3	-	3,00
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-	-	-	-	-	-
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	-	-	0%	-	0
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	0
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	-	-	0%	-	0
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	-	-	-	-	-	0
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2018			2017		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	-	-	-	-	-	-
- Número total de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-	-
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[X] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] todos os empregados [] todos+ Cipa	[X] direção [] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] todos os empregados [] todos+ Cipa
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[X] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados [] todos+ Cipa	[X] direção [] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] todos os empregados [] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve [] segue as normas da OIT	[] segue as normas da OIT [X] incentiva e segue a OIT	[X] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve [] segue as normas da OIT	[] segue as normas da OIT [X] incentiva e segue a OIT	[X] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados [] todos+ Cipa
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados [] todos+ Cipa	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] direção [] direção e gerências [] todos os empregados	[] todos os empregados [] todos+ Cipa
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados [x] são considerados [] são exigidos	[x] são considerados [] são exigidos	[] são exigidos	[] não são considerados [x] são considerados [] são exigidos	[x] são considerados [] são exigidos	[] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve [] apoia [X] organiza e incentiva	[] apoia [X] organiza e incentiva	[X] organiza e incentiva	[] não se envolve [] apoia [X] organiza e incentiva	[] apoia [X] organiza e incentiva	[X] organiza e incentiva
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 0 no Procon 0 na Justiça 0	na Empresa 0 no Procon 0 na Justiça 0	na Justiça 0	na Empresa 12 no Procon 0 na Justiça 0	na Empresa 0 no Procon 0 na Justiça 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 0% no Procon 0% na Justiça 0%	na Empresa 0% no Procon 0% na Justiça 0%	na Justiça 0%	na Empresa 75% no Procon 0% na Justiça 0%	na Empresa 0% no Procon 0% na Justiça 0%	na Justiça 0%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2018: 120.230	120.230	120.230	Em 2017: 127.273	127.273	127.273
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	35,50% governo 12,30% terceiros 9,58% colaboradores 30,47% retido 12,15% acionistas	35,50% governo 12,30% terceiros 9,58% colaboradores 30,47% retido 12,15% acionistas	12,15% acionistas	32,45% governo 16,13% terceiros 12,96% colaboradores 27,5% retido 10,96% acionistas	32,45% governo 16,13% terceiros 12,96% colaboradores 27,5% retido 10,96% acionistas	10,96% acionistas
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	A empresa conta com 38 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios, encargos					
CNPJ: 08.336.783/0001-78 UF: SC	Coordenação: Regina Schlickmann Luciano - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: reginasl@celesc.com.br					
Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/ SC: 18.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO" "NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

(i) Informações não Auditadas

14. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Celesc G. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc G.

Florianópolis, 29 de março de 2019

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo		
Circulante	99.344	126.612
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 8)	50.035	77.080
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	17.301	18.358
Estoques	148	183
Tributos a Recuperar (Nota 10)	179	466
Despesas Antecipadas	134	175
Dividendos a Receber	89	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	31.433	30.277
Outros	25	73
Não Circulante	566.083	497.993
Realizável a Longo Prazo		
Partes Relacionadas (Nota 13)	92.873	45.942
Depósitos Judiciais (Nota 22)	354	342
Tributos a Recuperar (Nota 10)	1.773	1.223
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão (Nota 12)	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	249.585	241.886
Investimentos (Nota 14)	56.033	51.058
Imobilizado (Nota 15)	160.029	151.631
Intangível (Nota 16)	3.015	3.490
Total do Ativo	665.427	624.605
Passivo		
Circulante	67.276	186.083
Fornecedores (Nota 17)	3.544	2.931
Debêntures (Nota 21)	26.964	150.685
Tributos a Recolher (Nota 18)	16.418	19.283
Taxas Regulamentares (Nota 20)	246	386
Dividendos a Pagar (Nota 23)	19.147	11.628
Partes Relacionadas (Nota 12)	872	1.103
Outros	85	67
Não Circulante	135.525	12.642
Debêntures (Nota 21)	121.855	-
Tributos Diferidos (Nota 19)	10.144	9.613
Taxas Regulamentares (Nota 20)	2.537	2.027
Provisão para Contingências (Nota 22)	989	1.002
Patrimônio Líquido (Nota 23)	462.626	425.880
Capital Social	250.000	250.000
Reserva Legal	13.891	11.329
Reserva de Retenção de Lucros	180.595	144.596
Dividendos a Disposição da AGO	2.434	2.326
Ajuste Avaliação Patrimonial	15.706	17.629
Total do Passivo	665.427	624.605

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2018</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2017</u>
Receita Operacional Líquida – ROL	160.471	148.877
Receita Líquida de Vendas (Nota 25)	160.471	148.877
Custo de Vendas	(50.359)	(42.341)
(-) Custo de Operação (Nota 26)	(50.359)	(42.341)
Lucro Bruto	110.112	106.536
Despesas Operacionais	(27.348)	(22.731)
Com Vendas (Nota 26)	(14.933)	(7.043)
Gerais e Administrativas (Nota 26)	(11.555)	(14.826)
Outras Despesas/Receitas, Líquidas (Nota 26)	(1.215)	2.347
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 14, letra b)	355	(3.209)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	82.764	83.805
Resultado Financeiro	(5.745)	(8.545)
Receitas Financeiras (Nota 27)	8.743	11.689
Despesas Financeiras (Nota 27)	(14.488)	(20.234)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	77.019	75.260
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 19, letra d)	(25.777)	(26.300)
Corrente	(25.248)	(24.546)
Diferido	(529)	(1.754)
Lucro Líquido do Exercício	51.242	48.960

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	51.242	48.960
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do Período	<u><u>51.242</u></u>	<u><u>48.960</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucro Acumulado	Total
		Legal	Retenção de Lucros	Dividendos a Disposição AGO			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	250.000	8.881	107.304	1.194	22.363	-	389.742
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	48.960	48.960
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(4.734)	4.734	-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido							
Reserva Legal	-	2.448	-	-	-	(2.448)	-
Dividendos Deliberados	-	-	-	(1.194)	-	(11.628)	(12.822)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	37.292	-	-	(37.292)	-
Reserva para Destinação	-	-	-	2.326	-	(2.326)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	250.000	11.329	144.596	2.326	17.629	-	425.880
Resultado Abrangente Total							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	51.242	51.242
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	(1.923)	1.923	-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido							
Reserva Legal	-	2.562	-	-	-	(2.562)	-
Dividendos Deliberados	-	-	-	(2.326)	-	(12.170)	(14.496)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	35.999	-	-	(35.999)	-
Reserva para Destinação	-	-	-	2.434	-	(2.434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	250.000	13.891	180.595	2.434	15.706	-	462.626

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	77.019	75.260
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais		
Amortização/Depreciação	5.603	15.748
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	14	2.124
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	-	(3.092)
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências Passivas	(4.406)	63
Juros e Variações Monetárias	(13)	14.435
Perdas sobre Ágio em Coligadas	8.447	-
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD	5.217	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	13.654	6.169
Atualização Monetária Bonificação de Outorga	(355)	3.209
	(41.366)	(40.808)
Aumento (Redução) nos Ativos		
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	32.511	30.461
Contas a Receber de Clientes	(12.597)	12.341
Depósitos Judiciais	(12)	(193)
Estoques	35	(11)
Tributos a Recuperar	(2.923)	(1.836)
Outras Contas	92	(9)
Aumento (Redução) nos Passivos		
Fornecedores	613	(4.567)
Tributos a Recolher	(152)	95
Taxas Regulamentares	508	463
Outras Contas	(213)	(346)
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Operações	81.676	109.506
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(25.302)	(8.348)
Juros Pagos	(12.959)	(18.996)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	43.415	82.162
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adições Ativo Imobilizado/Intangível	(9.272)	(7.052)
Aumento de Capital (Investidas)	(9.926)	(9.925)
Dividendos Recebidos	-	469
Partes Relacionadas – Contrato de Mútuo com a Celesc D	(41.344)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(60.542)	(16.508)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos	(6.977)	(7.165)
Ingressos de Debêntures	147.059	-
Pagamento de Debêntures	(150.000)	-
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(9.918)	(7.165)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.045)	58.489
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	77.080	18.591
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	50.035	77.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	177.465	163.933
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(13.654)	(6.169)
	163.811	157.764
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui Tributos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(42.907)	(22.340)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(3.359)	(3.975)
Perdas/Recuperação de Ativos	(811)	3.092
	116.734	134.541
Valor Adicionado Bruto		
	116.734	134.541
Depreciação, Amortização e Exaustão	(5.603)	(15.748)
	111.131	118.793
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		
	111.131	118.793
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	355	(3.209)
Receitas Financeiras	8.743	11.689
	120.229	127.273
Valor Adicionado Total a Distribuir		
	120.229	127.273
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	(11.517)	(16.495)
Remuneração Direta	(10.970)	(13.804)
Benefícios	-	(1.928)
FGTS	(547)	(763)
Impostos, Taxas e Contribuições	(42.683)	(41.295)
Federais	(42.563)	(41.256)
Estaduais	(73)	(26)
Municipais	(47)	(13)
Remuneração de Capital de Terceiros	(14.787)	(20.523)
Juros	(12.888)	(18.038)
Aluguéis	(299)	(289)
Outras	(1.600)	(2.196)
Variações Monetárias e Cambiais	(146)	(215)
Outras Despesas Financeiras	(1.454)	(1.981)
Remuneração de Capitais Próprios	(14.604)	(13.954)
Dividendos	(12.170)	(13.954)
Lucros Retidos do Exercício	(39.072)	(35.006)
Valor Adicionado Distribuído	(120.229)	(127.273)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G (Companhia), constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo: I) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; II) participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; III) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; IV) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; V) colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; VI) colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade, e; VII) pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está domiciliada na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

2. PERFIL EMPRESARIAL

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1 (uma) transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir.

Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
Usina Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
Usina Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
Usina Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
Usina Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guede/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
Total			106,97	67,19	

* Usinas c/potência inferior a 5MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16)

N/A: Não se Aplica

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme tabela a seguir:

Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30*	13,92	2020	Licitação das Obras
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D***	Análise na EPE
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D***	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D***	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	**	0,00	1,00	1,00	N/D***	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	**	3,83	10,00	13,83	N/D***	Em Estudo de Inventário
Total			65,45	47,55	96,28		

* Em 2018 o projeto passou por consolidação, sendo que no encerramento do exercício encontrava-se em análise pela ANEEL

** Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão

*** Depende de Trâmites Regulatórios

O parque de geração já em operação em parceria com investidores privados no formato de SPE possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW de potência instalada, conforme tabela adiante.

Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,26

A Celesc G possui participação societária em outros dois empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 5,98MW de potência instalada proporcional, conforme tabela a seguir:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99	N/D	*
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
Total			19,15		5,03		

Em 10 de dezembro de 2018, os empreendimentos PCH Painel e PCH Campo Belo enviaram à ANEEL pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica.

A Celesc G pretende transferir a totalidade de sua participação na PCH Painel à empresa Astic EN Participações S.A.. A ANEEL anuiu essa ação previamente, por meio do Despacho nº 045, de 08 de janeiro de 2019, estabelecendo prazo para implementação da operação em até 120 dias, a contar da data de publicação do Despacho.

A Celesc G pretende, ainda, transferir a totalidade de sua participação na PCH Campo Belo às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda (50%). A anuência prévia da ANEEL foi aprovada, por meio do Despacho nº 220, de 25 de janeiro de 2019, com prazo para implementação da operação de até 120 dias, a contar da data de publicação desse documento.

2.1. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, o terceiro maior projeto ofertado no leilão de abril de 2017, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

A entrada em operação comercial estabelecida pela ANEEL é agosto de 2022 e os requerimentos das Licenças Prévias antes do prazo previsto favorecem o início da Licença de Instalação e, conseqüentemente, o início das obras antecipadas para construção dos projetos.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

EMPRESAMENTO	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.2. Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais. Em meados de agosto o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. O Relator ouvirá as partes e demais interessados no prazo de 15 dias. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação, ressalvando que existem outros IRDR's já instaurados sobre o mesmo objeto perante o Tribunal Regional Federal – TRF da 1ª Região.

A Celesc G vem monitorando permanentemente o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2019.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros;
- b) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD;
- c) Bonificação de Outorga;
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros;
- e) Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- f) Contingências;
- g) Depreciação.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros classificados pelo Valor Justo por meio do Resultado – VJR, reconhecidos no balanço patrimonial.

4.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo *IASB* e adotadas Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018.

IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9/CPC 48* traz são: (i) novos critérios de classificação de Ativos Financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para Ativos Financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do *IFRS 9/CPC 48*, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os efeitos decorrentes dessa nova classificação são: alteração dos ativos anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis para a categoria de custo amortizado e de Ativos Financeiros Disponíveis p/ venda para a categoria Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

A Companhia não apresenta outros impactos relevantes relacionados ao *IFRS 9/CPC 48* ao não ser o mencionado acima.

IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo *IFRS 15/CPC 47* são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

A Companhia não apresenta impactos relevantes relacionados ao *IFRS 15/CPC 47*.

4.3. Instrumentos Financeiros

4.3.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Celesc G classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc G classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecido no resultado.

4.3.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.3.3. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

Política Contábil Anterior para, *Impairment* Ativos Financeiros

No exercício anterior, a Companhia avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

4.4. Estoques

Os Estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no Ativo Circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.

4.5. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos diferidos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidade e autoridade tributáveis.

4.6. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 49% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

4.7. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

a) Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.8. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

4.8.1. Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 16). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.8.2. Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

4.9. Ativo Financeiro

Referem-se a ativos com direito incondicional de receber caixa, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.9.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.9.2. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e suprimento de energia e pela liquidação de energia no âmbito da CCEE e são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.9.3. Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.9.4. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a caixa e equivalente de caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.9.5. Depósitos Judiciais

A Celesc G mantém registrado nesta rubrica valores depositado para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (trabalhistas, cíveis e regulatórios).

4.10. Impairment de Ativos não Financeiros

O Imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs).

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

4.11. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias realizadas.

4.12. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.12.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.12.2. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.12.3. Dividendos

Os Dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Adicionalmente atendendo a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, foi constituída reserva especial de 5% que ficará à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO para aprovação.

4.12.4. Partes Relacionadas

Trata-se de despesa de pessoal com empregados da Celesc Distribuição S.A. a disposição da Celesc G e operação de Mútuo também com a Celesc Distribuição S.A..

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.14. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.15. Capital Social

As Ações Ordinárias e Nominativas são classificadas no Patrimônio Líquido.

4.16. Reconhecimento de Receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia no curso normal das atividades. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Receita é reconhecida quando há a transferência de bens ou serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços.

A receita é reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais penalidades ou outros itens similares são classificados como contraprestação variável e são contabilizadas como redutoras da receita.

4.16.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes adicionais específicos.

4.16.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes adicionais específicos.

4.16.3. Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratada pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.16.4. Receita de Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, o reconhecimento da receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do Ativo Financeiro é classificado no grupo de “Receita Operacional”.

Para cada Usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

4.16.5. Receita Financeira

A Receita Financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

4.17. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB*, mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

IFRS 16/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil”* e correspondentes interpretações. A Administração da Companhia avaliou os contratos vigente e concluiu que os impactos são irrelevantes.

A Celesc G realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação da nova norma.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Risco de Liquidez

Acesso a Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, pelo comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	50.035	-	-	-	-	50.035
Contas a Receber	-	11.628	5.673	-	-	-	17.301
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	IPCA	2.741	5.404	23.288	95.879	153.706	281.018
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	-	-	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	354	-	354
Total Ativo		64.404	11.077	23.288	98.654	153.706	351.129
Fornecedores	-	3.544	-	-	-	-	3.544
Debêntures	CDI + 2,5%	-	861	26.103	121.855	-	148.819
Dividendos	-	-	-	19.147	-	-	19.147
Partes Relacionadas	-	872	-	-	-	-	872
Total Passivo		4.416	861	45.250	121.855	-	172.382

5.1.3. Risco de Mercado

Risco de Debêntures

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos e debêntures.

5.2. Risco Operacional

5.2.1. Risco de Gestão

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseados em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento, comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço, etc.) das cláusulas acordadas, expondo a Celesc G a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

5.2.2. Risco de Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

5.2.3. Risco de Produção de Energia Elétrica

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.2.4. Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão de Pessoas

Risco de perdas pela ausência de profissionais capacitados, limitações de contratações impostas pela legislação e mecanismos de retenção dos colaboradores dificultando o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.

Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas provocados pela ausência ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais da Companhia, por meio de treinamentos e atualização das melhores práticas, tornando a "inteligência" disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de Tecnologia da Informação – TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Risco de Compliance

5.3.1. Risco Regulatório/Legal

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc G, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Extinção da Concessão

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de 2 (duas) novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Tributário

Risco de perdas pelo não cumprimento da legislação, pela incorreta interpretação das regras ou por contabilização indevida ou ainda por mudança intempestiva da legislação tributária.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

5.4. Risco Estratégico

5.4.1. Risco de Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Risco de Estratégia

Gestão Estratégica

Risco de planejamento estratégico inadequado em relação a realidade de mercado e contexto interno, e tomada de decisões desalinhadas com os objetivos traçados.

Cenário Político e Estratégico

Risco de impacto nas atividades do grupo, decorrentes de alterações de diretrizes políticas, nas esferas estadual, federal e mundial, assim como decisões que possam impactar no planejamento estratégico da companhia.

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc G pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc G monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde às Debêntures subtraídas do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Debêntures	148.819	150.685
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(50.035)	(77.080)
Dívida Líquida	98.784	73.605
Total do Patrimônio Líquido	462.626	425.880
Total do Capital	561.410	499.485
Índice de Alavancagem Financeira (%)	17,6%	14,7%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

A Celesc G aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	2.421	2.421
Total do Ativo	2.421	2.421

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.035	-	-	50.035
Contas a Receber de Clientes	17.301	-	-	17.301
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	354	-	-	354
Total	348.708	2.421	-	351.129
Passivo				
Fornecedores	-	-	3.544	3.544
Debêntures	-	-	148.819	148.819
Dividendos	-	-	19.147	19.147
Partes Relacionadas	-	-	872	872
Total	-	-	172.382	172.382

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo Por Meio do Resultado – VJR	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.080	-	-	77.080
Contas a Receber de Clientes	18.358	-	-	18.358
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	272.163	-	-	272.163
Ativo Indenizatório Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	342	-	-	342
Total	367.943	2.421	-	370.364
Passivo				
Fornecedores	-	-	2.931	2.931
Debêntures	-	-	150.685	150.685
Dividendos	-	-	11.628	11.628
Partes Relacionadas	-	-	1.103	1.103
Total	-	-	166.347	166.347

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	17.301	18.340
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	18
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	35.420	21.766
Total	52.721	40.124

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Recursos em Banco e em Caixa	100	242
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	49.935	76.838
Total	50.035	77.080

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Consumidores (i)					
Industrial	2.419	-	6.385	8.804	8.917
Comercial	761	-	-	761	596
	3.180	-	6.385	9.565	9.513
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias (ii)	8.448	-	-	8.448	6.780
Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (iii)	5.673	-	29.035	34.708	23.831
	14.121	-	29.035	43.156	30.611
				52.721	40.124
PECLD com Clientes (b)				(35.420)	(21.766)
Circulante				17.301	18.358

(i) Consumidores

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais e Comerciais. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(ii) Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo no ACL e no ACR e leilões de venda de energia de curto prazo para Distribuidoras e Comercializadoras. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de 30 dias.

(iii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE, a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O prazo médio de recebimento dos valores relativos a esses clientes é de aproximadamente 40 dias, excluídas as inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude das incertezas quanto à sua realização. Além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, a Companhia está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A movimentação no ano de 2018 está demonstrada a seguir:

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.014	10.583	15.597
Provisão Constituída no Exercício	1.371	16.075	17.446
Reversão Constituída no Exercício	-	-11.277	-11.277
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.385	15.381	21.766
Provisão Constituída no Exercício	-	14.850	14.850
Reversão Constituída no Exercício	-	-1.196	-1.196
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.385	29.035	35.420

A Administração da Companhia após análise das prerrogativas previstas no *IFRS 9/CPC 48*, e com base no histórico de perdas no recebimento de créditos, considera que os valores de perdas provisionadas atendem à nova norma contábil.

(i) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Companhia são no importe de R\$29.035 em 31 de dezembro de 2018.

Do montante total, foi revertido no exercício de 2018 o valor de R\$1.196 devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que o valor provisionado em 2018 é de R\$14.850, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
ICMS	1.773	1.223
IRPJ e CSLL	2	-
Outros	177	466
Total	1.952	1.689
Circulante	179	466
Não Circulante	1.773	1.223

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e que serão realizados no curso normal das operações. Os saldos de outros tributos são compostos por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

11. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do Ativo Financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2016	38.146	54.580	41.737	25.026	102.327	261.816
Atualização Monetária	1.443	2.065	1.582	940	3.900	9.930
Juros	4.655	6.755	4.993	3.473	11.002	30.878
Amortização/Baixa	(4.589)	(6.619)	(4.911)	(3.369)	(10.973)	(30.461)
Em 31 de dezembro de 2017	39.655	56.781	43.401	26.070	106.256	272.163
					Circulante	30.277
					Não Circulante	241.886

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2017	39.655	56.781	43.401	26.070	106.256	272.163
Atualização Monetária	1.407	2.014	1.542	920	3.789	9.672
Juros	4.778	6.937	5.126	3.572	11.281	31.694
Amortização/Baixa	(4.893)	(7.066)	(5.243)	(3.596)	(11.713)	(32.511)
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
					Circulante	31.433
					Não Circulante	249.585

12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Usina Bracinho	85	85
Usina Cedros	195	195
Usina Salto	1.906	1.906
Usina Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

13.1. Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo são:

Descrição	Ativo		Passivo
	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Fornecedores e Pessoal a disposição
Em 31 de dezembro de 2017			
Celesc Distribuição S.A. (i)	45.454	-	1.319
Rondinha Energética S.A.	488	-	-
ICMS	-	1.223	-
Total	45.942	1.223	1.319
Em 31 de dezembro de 2018			
Celesc Distribuição S.A.	92.385	-	1.086
Rondinha Energética S.A.	488	-	-
ICMS	-	1.773	-
Total	92.873	1.773	1.086

A movimentação no resultado do exercício é:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais		Receita	
	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Em 31 de dezembro de 2017				
Celesc Distribuição S.A.	2.301	16.495	5.227	3.019
Total	2.301	16.495	5.227	3.019
Em 31 de dezembro de 2018				
Celesc Distribuição S.A.	2.338	11.517	5.587	2.599
Total	2.338	11.517	5.587	2.599

(i) Contrato de Mútuo

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

13.1. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme regimenta o Estatuto Social da Celesc G, a estrutura e a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva, serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes da controladora Celesc, sendo vedada a remuneração destes membros pela Celesc G. Dessa forma, não houve remuneração aos administradores.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Sociedade de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

Investimentos	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Rondinha Energética S.A.	13.390	10.416
Painel Energética S.A.	1.671	1.675
Campo Belo Energética S.A.	1.750	1.754
Cia Energética Rio das Flores	11.933	10.248
Xavantina Energética S.A.	9.727	9.657
Garça Branca S.A.	17.765	14.396
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	2.936	834
Ágio na Aquisição de Investimentos	2.078	2.078
(-) Perda Redução Valor Recuperável	(5.217)	-
Total	56.033	51.058

a) Informações sobre Investimentos

A estrutura societária formada com parcerias é a seguinte:

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participações da Companhia (%)		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante					
Em 31 de dezembro de 2017								
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	55.215	22.189	33.026	10.498	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	-	5.611	-	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.542	413	6.129	-	(63)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	59.001	18.931	40.070	11.414	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	40.661	17.392	23.269	5.145	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	59.436	30.099	29.337	3.897	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	0,1	10,00%	10,00%	15.447	15.607	(160)	7.267	(161)
Em 31 de dezembro de 2018								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	57.762	16.561	41.201	12.002	2.699
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.661	1	5.660	-	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349	20,43%	20,43%	6.550	413	6.137	-	(17)
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	61.780	15.238	46.542	11.598	6.472
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	39.802	15.484	24.318	10.452	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228	49,00%	49,00%	65.845	29.590	36.255	2.947	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	1.300	10,00%	10,00%	1.444.585	1.428.725	15.860	179.565	3.909

b) Movimentação de Investimentos

Descrição	Rondinha	Painel	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	EDP Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.567	1.741	1.773	9.815	9.531	10.384	-	44.811
Integralizações	-	-	-	-	1.200	7.875	850	9.925
Dividendos Recebidos	-	-	-	(469)	-	-	-	(469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.151)	(66)	(19)	1.184	(1.074)	(2.067)	(16)	(3.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.416	1.675	1.754	10.530	9.657	16.192	834	51.058
Integralizações	2.275	-	-	-	1.000	4.851	1.800	9.926
Dividendos Recebidos	-	-	-	-	-	-	(89)	(89)
Impairment do Ágio	-	-	-	-	-	(1.796)	-	(1.796)
Impairment do Investimento	-	(1.671)	(1.750)	-	-	-	-	(3.421)
Resultado de Equivalência Patrimonial	699	(4)	(4)	1.685	(930)	(1.482)	391	355
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.390	-	-	12.215	9.727	17.765	2.936	56.033

c) Ágio na Aquisição de Investimentos

O saldo de ágio na aquisição dos investimentos refere-se à SPE Rio das Flores no valor de R\$282 mil.

d) Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, excluindo as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Celesc G tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R\$18.518 mil, sendo superior ao valor contábil de R\$12.214 mil. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28MWm.
Quantidade de Energia Contratada para Venda	5,46MWm.
Preço de venda	Venda no ACL a R\$198,50/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R\$257,22/MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R\$89/MWh, equivalente à média do PLD projetado para 2019, corrigido pelo IGP-M. GSF: 14,4%.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$13,2 milhões) composta por linhas de longo prazo (57 parcelas mensais remanescentes) com custo financeiro médio de 10,56% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

Garça Branca Energética S.A. – GBR

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 49% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R\$16.285 mil, sendo inferior ao valor contábil de R\$19.855 mil. Dessa forma, foi reconhecida provisão de perda permanente total do ágio contabilizado no valor de R\$1.796 mil.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2043) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	3,40 MWm, com GSF de 14,4%
Preço de venda	R\$184,18/MWh no ACR, corrigido pelo IPCA projetado; R\$89,00/MWh no mercado de curto prazo, corrigido pelo IGP-M.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$29 Milhões) composta por linhas de financiamento de longo prazo: BNDES Automático de R\$18,3 milhões, faltam 204 parcelas para amortizar. O custo financeiro é de (5,10% + ΔTJLP) a.a.; BNDES Finame de R\$10,6 milhões, 58 meses parcelas (média ponderada) a amortizar. O custo financeiro (média ponderada) é de 6,68% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

15. IMOBILIZADO

15.1. Aquisição

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$1.491 se refere à automação da Usina Garcia, R\$4.871 na substituição do conduto adutor da Usina Cedros, R\$259 referem-se à automação em andamento das usinas Rio do Peixe, São Lourenço e Piraí, R\$1.436 foi substituição de tubo de sucção e válvulas aeradoras da Usina Salto e R\$214 investidos na estrutura para contenção de entulhos e equipamentos de informática para a Usina Pery.

15.2. Composição do Saldo

Descrição	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.264	238	80	21.645	158.449
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.186	1.213	308	21.645	454.247
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	(5)	84	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.194)	(970)	(312)	-	(244.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.264	238	80	21.645	158.449
Aquisição	-	-	-	-	-	-	5.828	5.828
Depreciação	-	(7.961)	(338)	(5.246)	(60)	(9)	-	(13.614)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	(2.668)	(6.035)	3.403	8.390	2	-	-	3.092
Baixas – Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(9.161)	(54)	-	(382)	(29.676)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	20.079	-	7.471	54	-	-	27.604
Baixas – Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-	-	(52)
Transferências	-	956	27	3.620	121	-	(4.724)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	301	71	22.367	151.631
Custo do Imobilizado	20.202	169.702	49.895	166.645	1.334	308	22.367	430.453
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	(3)	84	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.632)	(16.250)	(73.969)	(1.030)	(321)	-	(230.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	301	71	22.367	151.631
Aquisição	-	-	-	-	-	-	8.701	8.701
Depreciação	-	(271)	(863)	(3.483)	(84)	(8)	-	(4.709)
Reversão/Perda Recup. de Ativos	2.564	5.070	(1.029)	(2.199)	-	-	-	4.406
Baixas – Saldo Bruto	-	-	-	-	(114)	-	-	(114)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	-	-	-	114	-	-	114
Transferências	-	165	-	414	254	-	(833)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.059	1.474	308	30.235	439.040
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	(3)	84	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.452)	(1.000)	(329)	-	(235.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.018	471	63	30.235	160.029
Taxa Média de Depreciação	0,00%	4,38%	1,85%	3,11%	11,79%	3,56%	0,00%	

(i) No 1º trimestre de 2019 a Companhia concluiu R\$3.394 dos projetos em andamento, estando previsto para o 2º trimestre de 2019 a ativação de cerca de R\$4.743

15.3. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2018 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$4.707 e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$9.113.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluída as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Companhia, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base de dezembro de 2018.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 ano, vigorando a partir de 0 de julho de 2017, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos em 2019 foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração. Para os investimentos em melhorias e manutenção geral a partir de 2020, a alocação foi determinada pela garantia física de cada usina, sendo reajustado pelo IPCA. Não são considerados investimentos em ampliações.

De 2019 a 2022 as estimativas de investimentos estão baseadas no saldo a disposição em caixa da Companhia. No final das concessões das usinas Garcia, Palmeiras, Bracinho, Rio dos Cedros, Salto, Celso Ramos e Pery é apurado o valor residual de cada projeto para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 13,53%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2018, estão demonstrados a seguir:

Ativo	Saldo Líquido Antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
Caveiras	24	8.304	-	7.219	7.219
Celso Ramos	3.339	5.233	-	1.894	1.894
Ivo Silveira	172	7.555	-	-	-
Pery	117.824	113.433	(4.392)	-	(4.392)
Pirafé	213	(12.149)	(213)	-	(213)
Rio do Peixe	14	(8.405)	(14)	-	(14)
São Lourenço	26	(13.807)	(26)	-	(26)
Palmeiras	96	144.681	-	-	-
Bracinho	2.714	82.637	-	-	-
Garcia	56	72.356	-	-	-
Cedros	8	72.715	-	-	-
Salto	245	18.589	-	-	-
Maruim	62	-	(62)	-	(62)
Total	124.793	491.142	(4.707)	9.113	4.406

15.4. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,0
Veículos	6,6
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,4
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	1,0

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery e Celso Ramos; das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro, uma vez que não possuem prazo de concessão definido; e os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G.

São, ainda depreciados, pela mesma resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

15.5. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	113.251
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	11.935	10.153
Máquinas e Equipamentos	48.457	43.240
Outros	14.003	14.057
Total	207.550	180.701

16. INTANGÍVEL

Descrição	Softwares Adquiridos	Uso do Bem Público (a)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.564	821	70	614	5.069
Custo Total	6.495	6.693	70	614	13.872
Amortização Acumulada	(2.931)	(5.872)	-	-	(8.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.564	821	70	614	5.069
Adições	-	167	-	388	555
Baixas – Saldo Bruto	-	(5.956)	-	-	(5.956)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	5.956	-	-	5.956
Amortizações	(1.298)	(836)	-	-	(2.134)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.266	152	70	1.002	3.490
Custo Total	6.495	904	70	1.002	8.471
Amortização Acumulada	(4.229)	(752)	-	-	(4.981)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.266	152	70	1.002	3.490
Adições	-	-	-	433	433
Baixas – Saldo Bruto	-	(904)	-	-	(904)
Baixas – Depreciação Acumulada	-	890	-	-	890
Amortizações	(756)	(138)	-	-	(894)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.510	-	70	1.435	3.015
Custo Total	6.495	-	70	1.435	8.000
Amortização Acumulada	(4.985)	-	-	-	(4.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.510	-	70	1.435	3.015
Taxa Média de Depreciação	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

a) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP referia-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração em 7,9%.

A contrapartida dessa obrigação estava registrada no ativo intangível sendo amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão, ocorrida em julho de 2018 e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos, encerrado também em julho de 2018. A partir de agosto de 2018, não consta saldo no passivo referente a obrigatoriedade de recolhimento da UBP.

Os montantes, por Usina, recolhidos até dezembro de 2018 e 2017 foram:

Usinas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
UHE Pery	-	530
UHE Caveiras	51	84
PCH Celso Ramos	95	185
Total	146	799

Em 2018 o valor total pago foi de R\$146, sendo 80% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da Usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

17. FORNECEDORES

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Energia Elétrica	3	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	214	216
Materiais e Serviços	3.327	2.715
Total	3.544	2.931

18. TRIBUTOS A RECOLHER

18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IRPJ	11.240	14.125
CSLL	4.234	4.062
Total a Recolher	15.474	18.187
(-) Tributos a Compensar	(179)	(466)
Total	15.295	17.721

18.2. Outros Tributos

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PIS e COFINS	755	981
Outros	189	115
Total	944	1.096

19. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram calculados a partir da provisão para contingências de processos judiciais e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos foram calculados sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo	21.437	28.475
Passivo	(31.581)	(38.088)
Tributo Diferido Líquido	(10.144)	(9.613)

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	336	341	-	-	336	341
Provisão para Perdas em Ativos	10.763	11.480	-	-	10.763	11.480
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	10.338	5.696	-	-	10.338	5.696
Custo Atribuído	-	-	8.091	9.081	(8.091)	(9.081)
Bonificação de Outorga	-	10.958	23.490	29.007	(23.490)	(18.049)
Total	21.437	28.475	31.581	38.088	(10.144)	(9.613)

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o Lucro Líquido da Celesc G e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Celesc G.

Em atendimento à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração da Celesc G considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem, quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da Bonificação de Outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Celesc G de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas.

As estimativas de realização para o saldo total do ativo de 31 de dezembro de 2018 são:

Ano	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2018	-	2.615
2019	285	899
2020	288	899
2021	479	899
Acima de 2021	20.385	23.163
Total	21.437	28.475

c) Ajuste Avaliação Patrimonial – Conciliação do IRPJ e da CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído com os valores de tributos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido estão demonstrados a seguir:

Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.363
(-) Realização do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.629
(-) Realização do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	990
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.706

d) Conciliação do IRPJ e da CSLL Correntes e Diferidos

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	77.019	75.260
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e SCLL	(26.186)	(25.588)
Adições e Exclusões Permanentes		
Equivalência Patrimonial	121	(1.091)
Benefício Fiscal	(139)	-
Incentivos Fiscais	410	-
Multas Indedutíveis	(1)	-
Outras Adições/Exclusões	18	379
	(25.777)	(26.300)
Corrente	(25.248)	(24.546)
Diferido	(529)	(1.754)
	(25.777)	(26.300)
Taxa Efetiva	33,47%	34,95%

20. TAXAS REGULAMENTARES

São compostas pelos encargos do setor de energia elétrica.

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	181	108
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (ii)	22	22
Uso do Bem Público – UBP	-	174
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (iii)	2.580	2.109
Total	2.783	2.413
Circulante	246	386
Não Circulante	2.537	2.027

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

21. DEBÊNTURES

21.1. Primeira Debêntures

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018. Essa emissão foi totalmente liquidada no seu vencimento.

Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa spread de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagou aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture. Os juros pagos totalizaram R\$44,4 milhões, sendo R\$6,3 milhões pagos em 2018.

21.2. Segunda Debêntures

A Celesc G emitiu no dia 1º de junho de 2018 a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações; com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 01 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas.

Semestralmente, a Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. A Companhia informa que vem cumprindo com o compromisso contratual.

a) Movimentação das Debêntures

Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2017	150.685
Ingressos	147.059
Atualização Monetária	12.888
Pagamentos de Encargos	(12.959)
Pagamento Principal	(150.000)
Custos na Emissão de Debêntures	1.146
Em 31 de dezembro de 2018	148.819
Circulante	26.964
Não Circulante	121.855

b) Custos na Emissão de Debêntures a Apropriar

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ano 2018		
1T/2018	-	271
2T/2018	-	-
3T/2018	-	-
4T/2018	-	-
Ano 2019		
1T/2019	123	-
2T/2019	123	-
3T/2019	123	-
4T/2019	123	-
Ano 2020		
1T/2020	123	-
2T/2020	123	-
3T/2020	123	-
4T/2020	123	-
Ano 2021		
1T/2021	123	-
2T/2021	123	-
3T/2021	123	-
4T/2021	123	-
Ano 2022		
1T/2022	123	-
2T/2022	123	-
3T/2022	123	-
4T/2022	123	-
Ano 2023		
1T/2023	123	-
2T/2023	73	-
Total	2.164	271

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Debêntures	Dividendos a Pagar
Em 31 de dezembro de 2016	150.019	5.971
Pagamento do Principal	-	(7.165)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	-	(7.165)
Pagamento de Juros (i)	(18.996)	-
Encargos Provisionados (ii)	18.038	-
Custas na Emissão de Debêntures (ii)	1.624	-
Destinação de Dividendos (ii)	-	12.822
Em 31 de dezembro de 2017	150.685	11.628
Ingressos de Recursos	147.059	-
Pagamento do Principal	(150.000)	(6.977)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(2.941)	(6.977)
Pagamento de Juros (i)	(12.959)	-
Encargos Provisionados (ii)	12.888	-
Custos na Emissão de Debêntures (ii)	1.146	-
Destinação de Dividendos (ii)	-	14.496
Em 31 de dezembro de 2018	148.819	19.147

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados, os custos na emissão de debêntures e a destinação de dividendos são operações que não envolvem a movimentação de caixa.

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Celesc G que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável e em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Celesc G possui os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contingências:				
Trabalhistas	267	267	580	593
Regulatórias	12	-	-	-
Cíveis	75	75	409	409
Total	354	342	989	1.002

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2017	342	1.002
Adições	24	-
Baixas	(12)	(13)
Em 31 de dezembro de 2018	354	989

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e regulatórios em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados à disposição da Celesc G e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

O processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público do Trabalho por denúncias de trabalhadores nas obras da construção da PCH Prata pertencente à Companhia Energética Rio das Flores, da qual a Celesc G tem participação acionária de 26,07%, com montante de perda estimado em R\$400 mil.

b) Contingências Cíveis

O principal processo está relacionado à reclamação movida por inexigibilidade de débito de duplicatas emitidas em 2011, interposta por consumidor industrial, com estimativa de valor em R\$372,6 mil.

Além disso, existem ações para constituição de faixa de servidão administrativa, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G.

c) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	Risco Possível	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Trabalhistas	753	768
Regulatórias	12.473	11.277
Total	13.226	12.045

As contingências passivas trabalhistas estão relacionadas a processos movidos por empregados e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

O processo mais relevante, com estimativa de perda no montante de R\$720 mil, refere-se à interposição da Ação de Indenização por Danos Morais, relacionado a empregado de empresa prestadora de serviço subcontratada pela Companhia durante as obras de ampliação da Usina Pery.

Constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (CCEE) matérias associadas às medidas liminares acerca do GSF em processos onde a Companhia recorreu na esfera judicial.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc G em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado, é de R\$250 milhões, representado por 43.208.760 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, de titularidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores, para ser deliberado na Assembleia Geral da Administração, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2018 foi:

Descrição	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Natureza dos Créditos				
Realização do Custo Atribuído	2.913	728	262	4.734
Total	2.913	728	262	4.734

d) Dividendos

A Política de Distribuição de Dividendos prevê o *pay-out* de 30% praticado pela Companhia. A parcela excedente ao mínimo obrigatório de 25% é registrada no Patrimônio Líquido e sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, estando assim demonstrada:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro Líquido do Exercício	51.242	48.960
(-) Constituição de Reserva Legal	(2.562)	(2.448)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	48.680	46.512
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 30%)	14.604	13.954
Dividendos Deliberados no Estatuto a Pagar (25%) (PC)	12.170	11.628
Dividendos a Disposição da AGO (5%) (PL)	2.434	(*)2.326
Total de Dividendos	14.604	13.954

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Dividendos a Distribuir do Exercício (25%)	12.170	11.628
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	2.326	1.194
Total dos Dividendos do Exercício	14.496	12.822

24. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Importância Segurada(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

25. RECEITAS

25.1. Mercado, Preço da Energia e Receita

A venda da energia elétrica é realizada tanto no ACL quanto no ACR e a comercialização de energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN, é operacionalizada, contabilizada e regulada por meio da CCEE.

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Receita Operacional Bruta – ROB (a)		
Fornecimento de Energia Elétrica	37.617	34.975
Suprimento de Energia Elétrica	75.898	61.859
Energia Elétrica de Curto Prazo	22.584	26.291
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	41.366	40.808
	177.465	163.933
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(2.656)	(2.339)
COFINS	(12.235)	(10.775)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(268)	(314)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(907)	(836)
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	(928)	(792)
	(16.994)	(15.056)
Receita Operacional Líquida – ROL	160.471	148.877

a) Receita Operacional Bruta – ROB

Descrição	31 de dezembro					
	2018		2017		2018	
	Nº de consumidores (i)	MWh (i)	Nº de consumidores (i)	MWh (i)	Receita Bruta	Receita Bruta
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	11	139.733	13	149.650	29.325	28.685
Comercial, Serviços e Outros	2	55.362	1	51.480	8.292	6.290
Suprimento de Energia	49	503.658	52	479.880	75.898	61.859
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	28.242	-	3.807	22.584	26.291
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	-	-	-	-	41.366	40.808
Total	62	726.995	66	684.817	177.465	163.933

(i) Informações não auditadas.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265, de 04 de julho de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG (R\$)	Receita Mensal (R\$)
		Ciclo 2018/2019	Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453	788
Garcia	Celesc G	9.758	813
Bracinho	Celesc G	12.667	1.056
Cedros	Celesc G	9.267	772
Palmeiras	Celesc G	19.355	1.613
Salto	Celesc G	6.585	549

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de dezembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/ Receitas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	34.833	-	-	-	34.833
Pessoal	2.855	666	7.996	-	11.517
Material	333	-	47	-	380
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.338	-	-	-	2.338
Custos e Serviços de Terceiros	5.714	555	2.071	-	8.340
Depreciação e Amortização	4.669	-	934	-	5.603
Seguros	271	-	1	-	272
Provisões Líquidas (b)	-	13.654	-	798	14.452
Tributos	(343)	58	197	-	(88)
Aluguéis	-	-	299	-	299
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	410	410
Outros Custos e Despesas	(311)	-	10	7	(294)
Total	50.359	14.933	11.555	1.215	78.062

Descrição	31 de dezembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas/ Receitas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	15.340	-	-	-	15.340
Pessoal	5.299	295	10.901	-	16.495
Material	181	-	79	-	260
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	507	1.745	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	-	1.433	-	15.748
Seguros	300	-	151	-	451
Provisões Líquidas (b)	-	6.169	-	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	72	162	-	(61)
Aluguéis	-	-	289	-	289
Doações e Incentivos Fiscais	-	-	-	600	600
Outros Custos e Despesas	(100)	-	66	82	48
Total	42.341	7.043	14.826	(2.347)	61.863

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro de 2018	MWh (i)	31 de dezembro de 2017	MWh (i)
Energia Elétrica Comprada para Revenda				
Master Agropecuária Ltda	-	-	1	263
Dona Francisca Energética – DFESA	16.904	140.856	16.903	140.858
Focus Energia Ltda	6.185	24.153	-	-
Nova Energia Comercializadora S.A.	1.987	6.398	-	-
Principal Comercializadora Ltda	1.373	5.952	-	-
Quantum Energias S.A.	8.309	20.844	-	-
Boven Comercializadora de Energia Ltda	2.816	5.580	-	-
Capitale Energia Comercializadora Ltda	809	5.752	-	-
(-) PIS Crédito	(633)	-	(279)	-
(-) COFINS Crédito	(2.917)	-	(1.285)	-
Total	34.833	209.535	15.340	141.121

(i) Informações não Auditadas

b) Provisões, Líquidas

Em decorrência de nova análise do imobilizado a fim de verificar o Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) realizado em 2018, foi revertida a Provisão para Perdas registrada anteriormente no valor de R\$9.113 mil e constituída nova provisão no montante de R\$4.707 mil (Nota 15).

As provisões judiciais, devido a alterações no risco de perdas em determinados processos judiciais, foi instituída reversão para contingências no valor de R\$13.

Em decorrência das incertezas do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF, foi constituída PECLD no montante de R\$14.850 mil no ano de 2018.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita Financeira		
Renda de Aplicação Financeira	3.403	3.918
Juros do Contrato de Mútuo (Nota 13)	5.587	5.227
Multas Contratuais	80	2.984
Acréscimos Moratórios sobre Faturas de Energia	78	107
Outras Receitas Financeiras	(405)	(547)
	8.743	11.689
Despesas Financeiras		
Ajuste a Valor Presente – UBP (Nota 16.a)	(8)	(52)
Juros sobre as Debêntures (Nota 21)	(12.888)	(18.038)
Custos na Emissão de Debêntures (Nota 21)	(1.146)	(1.624)
Atualização do P&D	(138)	(163)
Outras Despesas Financeiras	(308)	(357)
	(14.488)	(20.234)
Total	(5.745)	(8.545)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. – Celesc G, declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis/SC, 27 de março de 2019.

João Eduardo Noal Berbigier
(Presidente)

Cleicio Poletto Martins

Amir Antônio Mantins de Oliveira Jr.

José Luiz Alquéres

Leandro Nunes da Silva

Luiz Alberton

Luiz Otávio Assis Henriques

Fabício Santos Debortoli

Michel Nunes Itkes

Michelle Silva Wangham

Vanessa Evangelista Rothermel

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A. – Celesc G, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 28 de março de 2019.

Luis Hilton Temp

Presidente

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Alfredo César Correa Rodrigues

André Luis Nunes de Mello Almeida

Thiago Costa Jacinto

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Geração S.A. – Celesc G, declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

Marcelo Haendchen Dutra
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

Antônio José Linhares
Diretor Comercial

Fábio Valentim da Silva
Diretor de Assuntos Regulatórios
e Jurídicos

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Geração S.A. – Celesc G declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

Marcelo Haendchen Dutra
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

Antônio José Linhares
Diretor Comercial

Fábio Valentim da Silva
Diretor de Assuntos Regulatórios
e Jurídicos

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira
Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Celesc Geração S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Celesc Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Notas nº 4.10 e nº 15.3**

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 160.029 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de abril de 2018, sem ressalvas.

Celesc Geração S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Celesc Geração S.A.

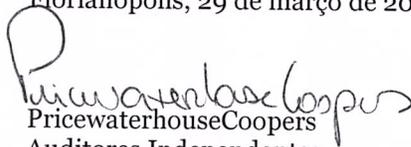
auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

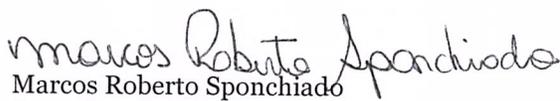
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 29 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5